

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
CONTROLADORIA GERAL DE CONTROLE INTERNO

Barra do Bugres - MT, 22 de junho de 2023.

PARECER TÉCNICO – CGCI Nº. 05/2023.

Requerente: Departamento de Pessoal

Assunto: Contratos de Pessoal em Cargo de Provimento em Comissão.

Protocolo 33141/2023
Data 23/06/23
Hora 08:51
Juliana

Descrição: Parecer Técnico das nomeações do MÊS DE ABRIL DE 2023 realizado pela Controladoria Geral de Controle Interno, referente à Contratação de Comissionado de Livre nomeação e exoneração do Prefeito Municipal nos termos da Lei Complementar nº 007, de 28 de dezembro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 024/2008 de 19/06/2008, 027/2009 de 22/01/2009, 028/2009 de 20/02/2009, 042/2010 de 21/06/2010 e 051/2013 de 02/05/2013.

A Diretora de Recursos Humanos (**Andrea dos Santos Castro**) se reportou a esta Controladoria Geral de Controle Interno através do **OE Nº 117/2023/DP (em anexo)**, recebido por esta controladoria na data de 07 de junho de 2023, solicitando parecer técnico referente às nomeações do mês de **ABRIL DE 2023**. Cabe lembrar que estas nomeações são Cargos de Provimento em Comissão de livre nomeação nos termos da lei supracitada, através das **Portarias Municipais 094/2023, 101/2023, 102/2023, 103/2023, e 113/2023 em anexo** emitidas pela Prefeita Municipal.

I - SOBRE AS INFORMAÇÕES GERAIS

A referida contratação supracitada foi realizada nos termos da lei de livre nomeação do executivo conforme as vagas prescritas na legislação pertinente do município, não sendo identificado ilegalidade nos termos da **sumula vinculante nº 13 e art. 37 da CF**, por Esta Controladoria Geral de Controle Interno.

Neste, os atos de **admissão de pessoal, termo aditivo e distrato/rescisão**, nos preceituam o inciso III do art. 5º da resolução nº 13 do TCE/MT, a seguinte redação:

Art. 5º. Alterar o Manual de Orientação para Remessa de Documentos ao TCE-MT, aprovado pela Resolução Normativa 1/2009, para exigir, a partir da competência maio/2011, a remessa do parecer do controle interno, por meio físico e/ou eletrônico, conforme o caso.


Adelson Monteiro Barbosa
Controlador Interno





ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
CONTROLADORIA GERAL DE CONTROLE INTERNO

I. Em cada processo de benefício previdenciário concedido pelas organizações estaduais e municipais;

II. Em todos os processos de concursos públicos, processos seletivos simplificados e processos seletivos públicos abertos pelas organizações estaduais e municipais;

III. Sobre a totalidade das admissões de pessoal realizadas no mês pelas organizações municipais;

IV. Sobre a totalidade das admissões de pessoal realizadas no quadrimestre pelas organizações estaduais. (grifei)

II - SOBRE O CONTRATO DE LIVRE NOMEAÇÃO DE PESSOAL

Em caso de contratação de livre nomeação o gestor precisa ficar alerta na questão da prática do nepotismo, ou seja, ter cuidado em não nomear pessoas de sua parentela (familiares) ou parente de alguém que já faça parte da equipe dos cargos de executivos, secretariados e comissionados de uma forma geral.

A palavra **Nepotismo** provém do latim (*nepos* significa neto ou descendente). O termo representa uma forma de corrupção onde um funcionário público aproveita-se de sua posição atual para favorecer um membro de sua família (através de promoções ou entregas de cargos), o que prejudica pessoas mais qualificadas que seriam originalmente mais aptas para exercerem as funções do cargo em questão.

Ainda em se tratando de **Nepotismo** prescreve a Constituição Feral Brasileira de 1988 no art. 37, inciso V, os seguintes termos:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte": (Redação da EC 19/1998)

{...}

"V - As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

Neste caso, referindo-se ao art. Supracitado de forma tangível ao **Nepotismo**, foi emitido pela Supremo Tribunal Federal a sumula vinculante 13, na qual, assim prescreve:

Adelson Monteiro Barbosa
Controlador Interno





ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
CONTROLADORIA GERAL DE CONTROLE INTERNO

"A nomeação de cônjuge, companheiro, ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta, em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal".

Desta forma, Emenda Constitucional nº 45/2004 acrescentou o art. 103-A à Constituição Federal de 1988, o qual dispõe sobre a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal editar súmula com "efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal" (art. 103-A, caput, CF/88), cabendo reclamação para a Suprema Corte contra "ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar" (art. 103-A, § 3º, CF/88).

Assim, os cargos políticos são caracterizados não apenas por serem de livre nomeação ou exoneração, fundadas na fidúcia, mas também por seus titulares serem detentores de um munus governamental decorrente da Constituição Federal, não estando os seus ocupantes enquadrados na classificação de agentes administrativos.

Pois, a investidura para cargos de natureza política não está limitada pela referida súmula vinculante, mas os de agentes administrativos sim, vincula a supracitada súmula 13.

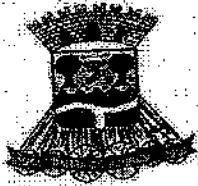
Assim, a súmula vinculante nº 13 apenas restringe a contratação de parentes de autoridades investidas em cargos de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargos comissionados, função gratificada e de confiança.

Desta forma, precisa se também ficar alerta na questão referente ao art. 18, § 2º - LRF, dentro do permitido no art. 20 da LRF, incisos I, II, III - 54% (limite máximo) e o art. 22 da LRF § único) - 51,30% (limite prudencial).

Neste sentido, passa a fazer parte deste parecer no anexo I, os seguintes documentos enviados a esta Controladoria para o devido parecer requerido pelo departamento de recursos humanos, assim, como segue:


Adelson Monteiro Barbosa
Controlador Interno





ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
CONTROLADORIA GERAL DE CONTROLE INTERNO

1. Ofício 117/2023/DP de encaminhamento do Departamento de Recursos Humanos recebidos por esta Controladoria Geral de Controle Interno na data de 07 de junho de 2023, com as seguintes Portarias Municipais de livre nomeação/ exoneração (anexo I):

- 1 Portaria nº 094/2023 – Sr. KAYK DO NASCIMENTO SANTOS para exercer o cargo de CHEFE DE SEÇÃO DE APOIO ESCOLAR junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- 2 Portaria nº 101/2023 – Sra. JUCILENE MATOS DOS SANTOS para substituir a Conselheira GLAUCIA MARQUES FONTE, que está afastada a pedido médico por tempo indeterminado;
- 3 Portaria nº 102/2023 – Sra. RAISSA VENANCIO COSTA para exercer o cargo de CHEFE DE SEÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- 4 Portaria nº 103/2023 – Sra. MAYARA ALVES TERENA para exercer o cargo de CHEFE DA SEÇÃO DE PROTOCOLO junto a Secretaria Municipal de Administração;
- 5 Portaria nº 113/2023 – Sr. EDIVANDO AMAJUNEPÁ para exercer o cargo de COORDENADOR DO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS INDÍGENAS junto à Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Sustentável;

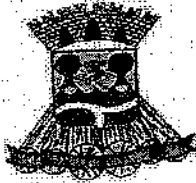
A Controladoria Geral de Controle Interno não identificou a prática do Nepotismo, portanto, até que se prove ao contrário não temos nenhuma objeção nestas nomeações, tendo em vista que tudo parece estar dentro das práticas dos princípios da Administração Pública, ressalvas abaixo.

III - CONCLUSÃO

Neste sentido, cabe à controladoria opinar tecnicamente se estão dentro da legalidade ou não, pois, o objeto já está consumado pela administração.


Adelson Monteiro Barbosa
Controlador Interno





ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
CONTROLADORIA GERAL DE CONTROLE INTERNO

Nos casos do objeto em epigrafe foi feito apenas análises dos instrumentos legais, das dotações para as nomeações dos servidores conforme tabela dos cargos previstos na lei supracitada.

É a nossa opinião e orientação técnica, acrescida da disposição de bem servir, colocando-nos disponíveis para esclarecimentos adicionais.

Salvo melhor juízo, é o Parecer Técnico.

Adelton Monteiro Barbosa
Controlador Interno

A Vossa Senhoria
Andrea dos Santos Castro – Diretora de Recursos Humanos.


Adelton Monteiro Barbosa
Controlador Interno